

A importância da aprendizagem ao longo da vida para efetivar o direito à formação e qualificação profissional e valorizar as competências dos trabalhadores

- Intervenção de **Anabela Sotaia**, Coordenadora do SPRC

Como refere o Programa de Ação do XV Congresso, *“Portugal continua a ser um dos países da Europa com mais baixa escolaridade e qualificações entre a sua população trabalhadora, em particular os trabalhadores com mais idade”*. Segundo um estudo do economista Eugénio Rosa cerca de 36% da população empregada no nosso país tem apenas o ensino básico. Esta situação ainda se torna mais preocupante quando constatamos, de acordo com dados do INE, que neste último ano o emprego de trabalhadores com o ensino superior diminuiu, enquanto que o dos trabalhadores com o ensino básico, de baixas qualificações e baixos salários, aumentou. Justamente o contrário do que devia acontecer. Se é verdade que tem havido alguma evolução positiva nas áreas da educação e da formação no nosso país nos últimos anos, muito ainda há por fazer para melhorar e elevar os níveis de qualificação da população portuguesa, numa perspetiva ampla de aprendizagem e educação ao longo da vida. O objetivo final deverá ser sempre a criação de empregos de qualidade, com um significativo aumento geral dos salários e em que se valorizem os trabalhadores e as suas carreiras e profissões.

Nesta perspetiva de educação e aprendizagem ao longo da vida o ensino e a formação profissional são direitos fundamentais e devem desempenhar um papel crucial na criação de oportunidades para todos, independentemente da sua origem, incluindo os que, por uma razão ou outra, abandonaram a escola prematuramente e/ou foram afastados do mercado de trabalho. A concretização daqueles direitos é inseparável da existência de uma escola enquanto conquista de Abril e pilar do regime democrático: a Escola Pública, de Qualidade, Inclusiva e Gratuita. A escola que tem de assegurar a todos os jovens e adultos, o acesso a todos os graus de educação e de ensino e o desenvolvimento da cultura integral do indivíduo, tal como defendeu Bento de Jesus Caraça.

O objetivo último da educação e formação não é preparar as pessoas para o mercado de trabalho, é prepará-las para a vida, nas suas várias vertentes, através de uma abordagem de banda larga que lhes permita obter competências vitais para a coesão social, para a igualdade, para uma cidadania ativa, para a diversidade cultural e realização pessoal! É nesse sentido que defendemos que o ensino profissional, enquanto formação inicial de jovens, deve ser valorizado e ter a mesma dignidade e exigência do ensino dito regular. Tem de deixar de ser visto como um instrumento no combate ao abandono e insucesso escolar, para onde são encaminhados os jovens com resultados mais fracos, ou como reserva de mão-de-obra barata, à disposição das empresas, no caso da formação em contexto de trabalho. Com esta opção, mantêm-se as portas abertas para a continuidade das baixas qualificações, para o agravamento das discriminações sociais, para a exclusão escolar e social e para uma ainda maior elitização do ensino.

Uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida tem de articular e dar coerência às suas múltiplas vertentes: a formação inicial e a transição da escola para a vida ativa; o reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas; a educação e a formação de adultos; a formação contínua nos locais de trabalho. Esta última vertente, a formação contínua nos locais de trabalho, constitui uma dimensão essencial da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente num contexto de escassez de mão-de-obra qualificada em alguns setores. As organizações e as empresas são, assim, atores incontornáveis, na medida em que, através das estratégias adotadas (inovação ao nível tecnológico, organizacional e de recursos humanos) podem potenciar os efeitos formadores das situações de trabalho, ou pelo contrário, limitar as oportunidades de aprendizagem, formais, informais ou não-formais. E a verdade é que há, ainda, muito por fazer, também, nesta área.

Em primeiro lugar, é necessário que as empresas cumpram o estipulado no Código do Trabalho no que concerne a formação profissional contínua, o que nem sempre, ou raramente, acontece. Em segundo lugar, é muito importante que as empresas respeitem os direitos laborais mais básicos dos trabalhadores, como o direito ao estatuto de trabalhador-estudante ou o direito à conciliação do tempo de trabalho com a frequência de estabelecimento de ensino ou de formação profissional.

Concluindo, urge uma estratégia nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida para todo o país e adequada às especificidades de cada território, que valorize a importância das primeiras etapas do percurso educativo, de qualidade, com a adoção de uma formação de espectro amplo, baseada em conhecimentos, aptidões e competências estruturantes e transversais, capazes de responder às exigências de um mundo em constante mutação, por um lado, e à educação das pessoas, enquanto indivíduos que devem ter uma voz ativa e crítica na construção da sociedade, do nosso futuro coletivo, por outro. E isto só é possível defendendo a Escola de Abril, plural e democrática, de qualidade e gratuita!

Viva o XV Congresso da CGTP-IN!

Viva a luta dos trabalhadores!

A luta continua!